

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Pânico dos mercados coloca em xeque estratégia da Petrobras	2
Título: Incertezas podem levar a adiamento de leilões de energia	4
Título: Ocyan prevê adiamento de licitações, mas aposta em retomada de preços	7
Título: Petróleo volta a cair no mercado internacional e toca US\$ 30 por barril	9
Título: Fundos de infraestrutura: energia limpa e saneamento	10
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Robin Hood às avessas.....	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/03/2020****Seção: Opinião****Autor: Rodrigo Leão****Título: Pânico dos mercados coloca em xeque estratégia da Petrobras**

Desde segunda-feira (9), um pânico generalizado tomou conta dos mercados financeiros globais em função da queda do preço internacional do petróleo. Naquele dia, o preço do barril tipo Brent fechou com uma redução de 24%, sendo negociado em valores próximos a US\$ 35. Apesar de uma pequena recuperação na terça-feira (10), nos dias seguintes o preço voltou a cair, ficando perto dos US\$ 33.

Esse movimento é indicador de que a queda nos preços não é apenas de ordem geopolítica, resultado das disputas de mercado entre Rússia e Arábia Saudita. Ele é consequência de um efeito de mercado que poucos analistas têm dado o devido destaque: a diminuição da demanda asiática, principalmente da China.

Para lidar com a queda das receitas das vendas externas, uma opção da Petrobras é elevar a taxa de uso das refinarias

Na realidade, os dois episódios estão conectados. A suposta tensão entre sauditas e russos também cresceu em razão da crise de demanda que começou na China. O surto do coronavírus, que se alastrou pelo país asiático e por vários de seus vizinhos, minou a atividade econômica da região e não poupou a indústria petrolífera.

Dada a importância da Ásia no mercado consumidor de petróleo, as compras desta commodity em todo o mundo sofrerão um impacto ainda maior caso esta situação se mantenha por mais alguns meses.

Em 2018, a Ásia respondia por pouco mais da metade das importações mundiais de petróleo cru. Só China e Japão, juntos, já eram responsáveis por mais de um quarto do total (cerca de 14 milhões de barris por dia). Esse cenário não se alterou significativamente em 2019.

Após o surto do coronavírus, já em fevereiro de 2020, a China viu suas importações caírem em 200 mil barris por dia, uma queda de cerca de 2%. Embora esse valor possa parecer relativamente baixo, os mercados entraram em pânico com a possibilidade de uma queda ainda mais expressiva das compras chinesas a partir de abril desse ano.

Segundo Wang Lining, vice-diretor do Departamento de Pesquisa do Mercado do Petróleo da China National Petroleum Corp (CNPC), a partir daquele mês, a

queda poderia chegar a algo entre 15% a 20%, o que significaria uma demanda menor de até 2 milhões de barris por dia.

Essa avaliação é reforçada pela já observada menor produção do parque de refino chinês. As taxas de utilização das refinarias da CNPC e da Sinopec caíram cerca de quinze pontos percentuais, de acordo com Wang.

No Japão, os analistas também preveem uma queda relevante para as importações de petróleo. De acordo com Aaron Cheong, analista de produtos petrolíferos da Energy Aspects, a demanda por petróleo cru importado do Japão deve diminuir entre 7% e 8% no primeiro trimestre deste ano. O que significa que cerca de 250 mil barris deixarão de ser comprados diariamente só naquele país.

Segundo os especialistas, dois dos maiores mercados de importação de petróleo do mundo colocarão o pé no freio na compra de petróleo a partir do mês que vem. A Rystad Energy, por exemplo, projeta que o consumo do petróleo pode cair cerca 8 milhões de barris por dia até abril.

Essa perspectiva já pairava como uma ameaça sobre os países exportadores de petróleo no início deste ano. Havia indicativos de que uma demanda significativamente menor por petróleo pressionaria os preços ainda mais para baixo.

Nesse sentido, os árabes buscaram um acordo com russos para diminuir a produção impedindo, com isso, uma queda maior nos preços. Com a negativa dos russos, não houve acordo. Iniciou-se então uma guerra que se refletiu em cortes drásticos no preço internacional do barril de petróleo.

Em todo caso, a manutenção da “crise de demanda asiática” continuará afetando as relações geopolíticas entre os grandes exportadores de petróleo, bem como a economia desses países. E é nesse quadro que devemos entender a posição atual do Brasil.

Nos últimos anos, a Petrobras tem sustentado seu crescimento na exportação de petróleo cru. As receitas da companhia com exportação de petróleo cru aumentaram de 18% para 24% entre 2018 e 2019. Mais grave é que essas exportações são concentradas na Ásia, principalmente na China. Em 2019, 71% das exportações de petróleo cru da Petrobras foram para o gigante asiático.

Uma alternativa para a Petrobras lidar com a possível queda das receitas de exportações é aumentar a taxa de utilização de suas refinarias, elevando a produção de derivados a fim de abastecer o mercado interno. Isso mostra a importância de a companhia possuir um amplo parque de refino que tem um papel essencial nos momentos de queda do preço do petróleo.

Em suma, a menor demanda asiática ocorre num momento em que os Estados Unidos vinham se consolidando como grande país exportador líquido de petróleo enquanto a Europa vivia sua própria crise com o coronavírus. Ou seja, com o agravamento do atual cenário, a Petrobras terá dificuldade de encontrar mercados compradores para suas exportações. Como a petrolífera brasileira ainda conta com um amplo parque de refino, uma opção para a ela seria redirecionar as exportações de óleo a preço baixo para a fabricação e venda de derivados no mercado interno.

Tudo isso levanta questionamentos importantes sobre a estratégia da Petrobras de depender cada vez mais das exportações do petróleo do pré-sal e das vendas para o mercado asiático que, num cenário como o atual, prejudica muito a rentabilidade do setor de exploração e produção (E&P). Qual o limite da queda de preços do barril de petróleo para o setor de E&P da Petrobras? E, após a venda das refinarias, como a estatal conseguiria atenuar a redução das receitas neste segmento?

As respostas a essas perguntas dependerão do que irá acontecer com os preços do barril do petróleo e com o ritmo de venda das refinarias. Mas, a se julgar pelo pânico das bolsas de valores na segunda-feira - o que persistiu nos dias seguintes - o mercado está “em alerta” para os elevados riscos da estratégia da petrolífera brasileira.

Rodrigo Leão é economista e diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata e Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Incertezas podem levar a adiamento de leilões de energia

Os leilões de infraestrutura e energia, apontados como essenciais para a retomada dos investimentos no país, dependerão de uma estabilização na crise provocada pelo coronavírus, afirmam especialistas ouvidos pelo **Valor**. O cenário ainda é de incerteza, mas, entre agentes do setor, a expectativa é que os leilões de geração de energia possam ser os mais afetados. Em transportes, o efeito tende a ser menor, dizem, já que a maior parte dos certames está prevista para o segundo semestre.

Na área de energia, especialistas apontam que a crise recente do coronavírus impôs incertezas às premissas usadas por distribuidoras e geradoras para participar dos leilões. De um lado, as turbulências dificultaram as previsões para

a atividade econômica e, conseqüentemente, para a demanda futura de energia. De outro, ficou mais complicado prever o custo dos investimentos nos projetos devido à volatilidade recente de variáveis como câmbio e preços de combustíveis.

Embora tenham divergências sobre o grau de impacto da crise atual sobre os leilões, analistas concordam que o governo deveria pelo menos estudar o adiamento dos certames de geração, começando pelos de térmica A-4 e A-5 que estão previstos para ocorrer no fim de abril.

Para Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR, o adiamento seria uma medida “prudente” - evitaria, por exemplo, riscos de sobrecontratação por causa de “ruídos” que podem não ser estruturais. “Ninguém sabe para onde a coisa vai. No mínimo, seria prudente deixar que a maior informação possível desses impactos fosse incorporada às projeções [das distribuidoras]”.

Claudio Sales, presidente do Instituto Trata Brasil, observa que o problema de uma eventual sobrecontratação é agravado também por outras incertezas enfrentadas pelas distribuidoras, como a ampliação do acesso ao mercado livre de energia e o avanço da geração distribuída. Em sua visão, as distribuidoras continuarão expostas a esse risco até que haja um novo modelo regulatório para dar conta da nova realidade do mercado.

Já o presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, acredita que é “premature” especular sobre efeitos da crise atual sobre o médio e longo prazos. Para o especialista, o impacto mais concreto nos leilões será de curtíssimo prazo, como dificuldades para preparar as ofertas diante da paralisação ou da redução dos quadros de funcionários em algumas empresas.

O próximo leilão de energia, programado para 30 de abril, será dividido em duas licitações, que negociarão contratos com início de fornecimento em 2024 (“A-4”) e 2025 (“A-5”). Poderão participar do certame usinas termelétricas existentes ou novas a gás natural e carvão.

A demanda a ser contratada nesse leilão é um somatório das declarações de necessidade de energia apresentadas pelas distribuidoras - o prazo para entrega dessas declarações já terminou, mas as empresas podem ratificar ou retificá-las entre 6 e 10 de abril. Os números de demanda não são divulgados.

Já do lado das ofertantes, foram cadastrados 87 projetos: 76 usinas para o A-4, totalizando 36.224 megawatts (MW) de capacidade instalada, e 82 empreendimentos para o A-5, que somam 43.277 MW. Um mesmo empreendimento pode estar inscrito em ambos leilões.

Para infraestrutura de transportes, como a maior parte dos projetos estão programados para o segundo semestre, há uma expectativa de que o cronograma não seja afetado de forma significativa. O pacote federal inclui, por exemplo, a concessão de 22 aeroportos e seis lotes de rodovias, como a Dutra e a BR-163.

“Hoje, eu diria que não há impacto. O interesse continua forte, e os grandes operadores seguem engajados, se preparando para participar das concorrências dentro do calendário proposto”, afirma Daniel O'Czerny, responsável pela área de infraestrutura do Citi.

Ainda assim, os grandes investidores deverão esperar a crise se estabilizar antes de definir qualquer movimentação.

Neste momento, o foco dos investidores estrangeiros mudou, e a preocupação é manter liquidez e se proteger da crise, afirma Renato Ajimura, responsável pela área de clientes multinacionais do banco japonês MUFG. “Tudo vai depender do tempo de resposta à crise. É um momento de muita instabilidade, emissões de debêntures sendo seguradas. Pode ser que o cenário não afete os leilões em si, mas a fase de modelagem. É preciso ter uma acomodação para projetar”, diz.

Um dos pontos que mais poderá afetar o planejamento dos projetos - tanto do lado de quem estrutura como de quem quer investir - é a incerteza em relação ao custo do financiamento e da variação cambial. Sem uma estabilização do mercado, será difícil calcular um “preço justo” a ser ofertado, afirma o executivo.

Outra possibilidade é que, para compensar os riscos mais altos, os ativos saiam a preços “mais salgados”, diz O'Czerny.

Uma potencial vantagem diante da alta do dólar é que os ativos brasileiros fiquem mais baratos e, portanto, atrativos a investidores de fora, avalia Renato Sucupira, presidente da BF Capital. Para ele, embora seja cedo para prever os desdobramentos da crise, o impacto pode ser maior nas concessões vigentes, e não nos leilões em estruturação.

Procurado, o Ministério de Infraestrutura afirmou que é precipitado avaliar qualquer alteração no cronograma. Já o **Ministério de Minas e Energia** respondeu que, por ora, os leilões estão mantidos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Ocyan prevê adiamento de licitações, mas aposta em retomada de preços**

A crise de preços do petróleo, motivada pelo efeito da pandemia de coronavírus e a guerra de preços entre Arábia Saudita e Rússia, será temporária, mas pode atrasar novos projetos do setor e concorrências para contratação de equipamentos, de acordo com a visão da Ocyan, empresa de aluguel de sondas e plataformas do grupo Odebrecht. Esse cenário, porém, não deverá afetar as operações da empresa no curto prazo, pois todos os contratos da companhia têm vencimento, pelo menos, até meados de 2021.

“Do ponto de vista de Ocyan, [o cenário atual] não mexe nada com o planejamento estratégico, porque estamos com todos os ativos contratados”, afirmou o presidente da empresa, Roberto Bischoff, ao **Valor**. “[O cenário] talvez traga um pouco mais de volatilidade em termos de planejamento das “oil companies” [petroleiras], sobre como elas vão se reposicionar, atrasar um pouco projetos, ou não”, completou ele.

Ontem, os preços dos contratos para maio do Brent recuaram 11,22%, fechando a US\$ 30,05, na mínima desde janeiro de 2016. Os contratos para abril do WTI desvalorizaram 9,54%, a US\$ 28,70 o barril, no nível mais baixo desde fevereiro de 2016.

“Isso deve ser uma situação temporária. Não acreditamos em preço de petróleo estável em patamar de US\$ 30 a US\$ 40 o barril. Trabalhamos no cenário de preço de petróleo mais na faixa de US\$ 60, US\$ 70, o que não elimina todas as consequências ligadas a essa volatilidade enorme que estamos vivendo”, disse o executivo.

“Realmente pode haver um impacto muito grande nos meses, ou anos, dependendo da extensão que essa crise atingir. Mas trabalhamos com cenário de equilíbrio entre US\$ 60 e US\$ 70, na visão de longo prazo. Passando por um período de volatilidade enorme, de grande instabilidade em mercados financeiros, as curvas de preço do petróleo de alguma forma devem retornar em um determinado horizonte de tempo”, completou.

Com relação à Ocyan, Bischoff explica que, em curto prazo, não haverá impacto. Isso porque todos os contratos de afretamentos de sondas e FPSOs (sigla em inglês para plataforma flutuante de produção e armazenamento de petróleo e gás natural) da companhia são de longo prazo.

“Hoje nós temos sete ativos, sendo cinco sondas e dois FPSOs contratados. Os contratos de sonda vencem ao longo de 2021 e 2022. Nenhum contrato tem vencimento para antes da metade do ano de 2021”, explicou ele.

Com esses contratos, a Ocyan alcançou faturamento da ordem de US\$ 900 milhões no ano passado.

No caso dos FPSOs, a unidade “Cidade de Itajaí”, que opera no campo de Baúna, na Bacia de Santos, possui mais dois anos de contrato. A Ocyan e sua parceira Teekay Offshore estão em processo de renegociação do contrato com a petroleira australiana Karoon, que adquiriu recentemente o campo de Baúna da Petrobras.

Descolada da recuperação judicial de sua controladora, a Ocyan também participa de novas concorrências da Petrobras e de outras petroleiras no país. A meta é arrematar contratos nas áreas de perfuração, FPSOs, de equipamentos submarinos e serviços.

“Trabalhamos com números buscando triplicar o valor da empresa nos próximos cinco anos”, afirmou Bischoff, que assumiu a função em outubro do ano passado, vindo da petroquímica Braskem, onde fez longa carreira.

Questionado sobre o plano estratégico da Petrobras, que prevê investimentos de US\$ 75,7 bilhões até 2024, com foco em exploração e produção no pré-sal, Bischoff disse que o plano é pragmático e factível, podendo gerar oportunidades para a Ocyan. Segundo a estatal, três FPSOs estão em contratação e outros dois em planejamento.

“O plano da Petrobras é focado, pragmático e sinaliza claramente onde [ela] vai estar concentrando seus investimentos. O plano de negócios da Ocyan se encaixa muito dentro dessa visão, mas tem também um olhar forte para o mercado brasileiro em geral com outros atores”, disse o executivo.

“Acreditamos muito que a Petrobras tem capacidade de implementar esse plano. Ele gera oportunidades para a Ocyan, dentro de cada um dos seus negócios e permite realmente essa agregação de valor que estamos planejando”, completou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/03/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Petróleo volta a cair no mercado internacional e toca US\$ 30 por barril**

Sinais de piora da pandemia do coronavírus e estratégia da Arábia Saudita podem afetar recuperação

O preço internacional do petróleo tocou ontem o patamar de US\$ 30 o barril, caindo para a sua cotação mais baixa desde janeiro de 2016. A cotação do Brent, referência global, recuou 11%, para US\$ 30,05, enquanto o WTI, referência americana, caiu 9,5%, para US\$ 28,7, ignorando os efeitos positivos dos cortes emergenciais das taxas de juros dos Estados Unidos. Sinais de piora da pandemia do coronavírus e de que a Arábia Saudita pode dobrar a aposta na guerra de preços com a Rússia lançam novas incertezas sobre o ritmo de recuperação da commodity e prometem pressionar ainda mais as receitas e metas de desalavacagem da Petrobras ao longo deste ano.

A consultoria IHS Markit destacou que se a guerra de preços continuar, o mercado global pode registrar o maior superávit de petróleo de sua história, segundo a Reuters. Analistas já vinham indicando que o cenário de baixa do petróleo perduraria pelos próximos meses. Na semana passada, a Administração de Informações de Energia dos EUA (EIA, na sigla em inglês), por exemplo, revisou as suas projeções da cotação do Brent para 2020, de cerca de US\$ 60 para US\$ 43. A expectativa é que a commodity seja negociada a uma média de US\$ 37 o barril no segundo trimestre, subindo para US\$ 42 no segundo semestre e US\$ 55 em 2021, à medida que o declínio dos estoques globais pressionem os preços para cima.

Ontem, o quadro se agravou com o anúncio da petroleira Saudi Aramco de que é capaz de manter sua capacidade máxima de produção, de 12 milhões de barris diários, por um ano, sem necessidade de novos investimentos. Do lado da demanda, países como a França, Canadá, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru fecharam as fronteiras, agravando as perspectivas de consumo de óleo.

O cenário de baixa dos preços afeta diretamente os negócios da Petrobras. No domingo, antes mesmo de o Brent tocar os US\$ 30 o barril, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, admitiu, em entrevista à CNN Brasil, que a companhia pode não atingir a meta de desalavancagem, de 1,5 vez a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) em 2020. A meta de redução do nível de

endividamento é o principal indicador financeiro observado pelos analistas que acompanham a petroleira.

A nova baixa do petróleo alimenta também a expectativa de que a Petrobras faça um novo corte dos preços dos combustíveis. Na sexta-feira (13), a estatal reduziu em 9,5% o preço da gasolina e em 6,5% o litro do diesel, mas, mesmo assim, segundo analistas, manteve um prêmio no preço da gasolina, em relação à paridade internacional. **(Com agências internacionais e colaboração de Rafael Vazquez e André Mizutani, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/03/2020

Seção: Finanças

Autor: Reinaldo Lacerda

Título: Fundos de infraestrutura: energia limpa e saneamento

Há muito se fala da necessidade de desenvolvimento do setor de infraestrutura no Brasil nos segmentos de transporte, telecomunicações, portos, aeroportos, energia e saneamento. Porém, no curso da história, vários fatores impediram este avanço.

Questões como regulação e segurança jurídica, controle do Estado sem capacidade de investimento e falta de recursos têm sido as principais barreiras. Felizmente, há um avanço em vários desses itens pelas reformas de Estado, com a criação de marcos regulatórios, agências reguladoras e processos de desestatização, entre outros.

A atual situação da economia coloca o setor como foco para a retomada do PIB, iniciando um círculo virtuoso de geração de renda e emprego - e a atração de capital privado é essencial nesse momento. Este desenvolvimento requer investimento da ordem de centenas de bilhões de dólares e terá como fonte os investidores estrangeiros e o BNDES, de forma mais tímida - por isso a atração de capital privado local se faz muito importante.

Por outro lado, o cenário macroeconômico, com inflação controlada e taxa de juros nos menores patamares históricos fizeram com que, nas aplicações financeiras indexadas ao CDI (4,25% ao ano) depois de abatidos o imposto (15%) e a inflação (3,5% a 4,0%), o investidor obtenha zero de renda real ou até negativa. Por isso, o investimento em economia real passa a ser parte integrante da estratégia de rentabilização dos investidores, e, por tudo isso, o setor de infraestrutura deve catalisar grande parte desses recursos.

Há tempos, graças a um grande empenho da CVM e da Anbima, o mercado de capitais brasileiro tem desenvolvido regulamentação e instrumentos de

investimento que possibilitam ao investidor local e estrangeiro diversificar seus recursos em operações de economia real, com um nível alto de segurança e acompanhamento.

O FIP-IE (fundo de investimento em participações - infraEstrutura), vem se tornando um dos principais veículos. No FIP-IE, o gestor é responsável pela escolha do segmento a investir, negociação, acompanhamento e desinvestimento dos projetos; e o administrador mantém o FIP-IE enquadrado à regulamentação e formaliza as operações. Os dois são os principais agentes para que os investidores possam investir, mesmo sem serem especialistas no setor.

Como os investimentos em infraestrutura demandam recursos de longo prazo e têm sua receita, na maioria das vezes, atrelada à inflação, o FIP-IE costuma ser um fundo com prazo maior que os outros fundos do mercado - geralmente 30 anos ou até com prazo indeterminado.

Eles têm como objetivo de rentabilidade inflação mais juros real ou NTN-B mais spread, contam com o incentivo fiscal (lei 12.431), em que o investidor não paga impostos no recebimento de rendimentos, na negociação das cotas em bolsa nem no resgate final do fundo (incentivo maior que o dos fundos imobiliários).

Dois segmentos específicos merecem destaque: energia renovável (limpa) e saneamento. Em energia, a matriz energética brasileira sempre foi composta primordialmente de energia renovável e se desenvolveu baseada na construção de grandes hidrelétricas, com projetos ligados ao Estado ou grandes investidores privados especialistas no segmento.

Porém, mais recentemente, o desenvolvimento das plantas de energia eólica, solar, biomassa e biogás somadas às discussões mundiais sobre questões ambientais mais amplas, como inundação de áreas causadas pelos grandes projetos hidrelétricos, trouxe um maior equilíbrio de participação entre os tipos de plantas.

Hoje, aproximadamente 9,0% da produção de energia elétrica é de fonte eólica, 1,5% solar e 3,1% de pequenas hidrelétricas (baixa inundação de áreas) e esses percentuais devem continuar a aumentar.

Com o fortalecimento do PIB, se faz imprescindível, a entrada em operação de novas plantas de geração de energia e de linhas de transmissão.

No caso de saneamento, o setor é um dos mais atrasados no Brasil. A cada dia são divulgados dados alarmantes sobre os baixos índices de coleta e tratamento de esgoto, fato que preocupa a sociedade em geral, pelos efeitos causados ao meio ambiente e à saúde pública. Felizmente, passos importantes estão sendo

dados com o processo de aprovação do novo marco regulatório, em andamento no Congresso Nacional.

Nesses dois segmentos, com uma regulamentação mais madura e que ofereça mais segurança jurídica, abriremos espaço para entrada do investimento privado em uma série de projetos que serão os principais ativos dos FIP-IE do mercado.

Como gestor, sem querer ser demasiadamente utópico, vislumbro um novo tempo, no qual os investidores brasileiros - pequenos, médios e grandes - deixarão de contabilizar apenas os juros recebidos de suas aplicações financeiras no final de todo mês, passando a contabilizar, também, o quanto participaram por meio dos seus investimentos do crescimento do nosso país e da melhoria das condições de vida do nosso povo.

Reinaldo Lacerda é sócio diretor da Hieron Patrimônio Familiar e Investimento
E-mail: hieron@hieron.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Robin Hood às avessas

Nas últimas duas semanas o petróleo caiu de mais de US\$ 50 para menos de US\$ 30. Mas o barril e o preço do gás de botijão, o energético mais importante para as famílias de baixa renda, segue praticamente o mesmo. O consumidor paga R\$ 70 na média nacional.

MME / ASCOM .